

CULTURA E VALOR

– Para uma Filosofia da Cultura –

José Gama*

A cultura não existe em abstrato, é sempre mediatizada por fatos ou produtos da ação criativa do ser humano. Faz parte do mundo de valores em que o homem vive imerso.

Nestas páginas pretendo referir não apenas o tecido de valores culturais que fazem parte da trama do quotidiano da vida humana, mas refletir sobre a cultura em si mesma como valor, ao nível da abstração que permite passar do significado do particular ao universal do simbólico que constitui o fenómeno da cultura na sua globalidade, e que permite vislumbrar a possibilidade duma filosofia da cultura como elemento central e dinamizador da antropologia geral.

As referências à evolução do conceito de cultura, com particular atenção às implicações na reflexão filosófica, são importantes para a compreensão do tema proposto. O projeto duma filosofia da cultura, que se constitui com a análise progressiva das manifestações mais significativas de cada cultura particular ou nacional, traduz, na minha opinião, o valor e significado mais alto que se possa atribuir à cultura no mundo contemporâneo.

* José Gama é Professor da Universidade Católica Portuguesa (UCP) – Portugal.

As possíveis conseqüências práticas deste projeto passam pela conscientização e reflexão, individual e coletiva, que se pode e deve exigir dum programa de ensino e de formação do cidadão que tem de aprender a ser mais livre e mais autônomo, diante da diversificação e pluralidade de valores culturais que necessariamente remetem para o valor antropológico da cultura em si mesma.

Introdução

Cultura e valor fazem parte do nosso vocabulário mais comum, com uma variedade de aplicações e de significações que passa talvez despercebida na maioria das vezes que deles fazemos uso. Essa multiplicidade de sentidos, por vezes mesmo ambigüidade, não pode deixar de provocar a reflexão filosófica sobre o significado e importância desse fenômeno. Na verdade, não se trata apenas de uma “moda” verbal, sem qualquer relação com verdadeiras mudanças na sociedade contemporânea. O crescente interesse pelo estudo desses temas, a nível das ciências sociais e humanas, prova claramente que se trata de algo importante, e até fundamental, para uma compreensão abrangente e esclarecida do mundo de hoje.

O tratamento filosófico da cultura e do valor, como objetos específicos da reflexão filosófica, é recente. Só no séc. XIX esses conceitos são trabalhados pela ciência e pela reflexão filosófica, e constituem-se em importantes capítulos do pensamento filosófico já em

pleno séc. XX. Por isso é compreensível que a filosofia dos valores ou axiologia geral e a filosofia da cultura não tenham atingido ainda um estatuto bem definido no quadro das disciplinas filosóficas. Podemos, no entanto, aceitar sem contestação que as propostas elaboradas nesses domínios por vários autores deste século correspondem aos capítulos mais criativos e mais originais do pensamento atual. As obras de autores consagrados como Max Scheler, Nicolai Hartmann, Ernst Cassirer, Paul Ricoeur, representantes da Escola de Frankfurt e outros, ilustram bem essa contribuição.

Importa situar o objetivo das considerações a desenvolver nestas páginas, delimitando o tema anunciado. Proponho-me analisar o tema do valor da cultura e, sobretudo, da cultura como valor, orientado por e para uma possível filosofia da cultura. A análise se concentra no conceito e fenômeno da cultura. Não pretendo discutir a teoria dos valores, com suas múltiplas implicações e interpretações teóricas. Pressuponho a existência de um mundo de valores, no qual o homem está inserido e do qual depende a qualidade de sua vida, numa escala que se estende do nível biológico mais elementar até o nível mental e espiritual mais complexo; a esses níveis corresponderá uma escala de valores que vai do domínio dos valores materiais, como os valores de uso e de troca, até aos valores mentais e espirituais, como os valores éticos, morais e religiosos. A cultura situa-se nesse mundo de valores, não apenas como realização de valores mas como um valor em si mesma.

A releção filosófica sobre a cultura e uma possível e desejável “filosofia da cultura” surgem precisamente da necessidade de interpretar este valor ou nova significação atribuída à cultura, como conceito e como fenômeno. As implicações filosóficas serão mais ou menos importantes, de acordo com a interpretação adotada, mas constatando, à partida, que na elaboração duma antropologia filosófica atualizada a reflexão sobre a cultura como tema central é inegável.

Na caracterização de uma filosofia da cultura pretendo realçar o alcance ontológico do valor simbólico da cultura, projetando nova luz sobre a importância e significado que a cultura adquiriu na sociedade contemporânea. A questão da pluralidade das culturas, e seu reflexo na interpretação filosófica, será abordada como ingrediente necessário à tomada de consciência da situação concreta da cultura humana, exigindo do filósofo a modéstia e humildade de conferir e aferir continuamente a sua reflexão com o percurso lento e episódico da análise de cada manifestação cultural ou objetivação do espírito humano na cultura.

A perplexidade do pensar crítico perante o complexo fenômeno da cultura não deverá afetar negativamente a confiança e esperança na força da utopia duma cultura mais harmonizadora e mais integradora das diferenças e desigualdades que ela também ainda reflete.

1. Conceito e fenômeno da cultura

O uso do conceito de cultura tem uma aplicação extremamente vasta, coincidindo praticamente com todo o tipo de expressão humana, desde a conduta ou gesto mais simples dotado de significação até às elaborações mais complexas das teorias científicas e das criações da imaginação. Isto se deve ao rápido desenvolvimento do estudo científico da cultura, cujo início tem como ponto de referência a obra de Edward B. Tylor, Primitive Culture, de 1871, na qual propõe a célebre definição que marcou época: “Cultura ou civilização... é aquele todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e quaisquer outras aptidões e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”¹.

A esta definição descritiva de cultura corresponde o conceito científico ou antropológico. A tendência a sintetizar nesta noção de cultura a totalidade de expressões da atividade humana confere-lhe um certo caráter de vulgarização e “popularização” da concepção tradicional. Esta estava mais diretamente ligada à origem latina do termo, com o sentido de trabalho ou cultivo do espírito através do ensino e da prática das artes e das letras; é o conceito humanístico de cultura, que ainda hoje se aplica às classes de eruditos e letrados, mas já sem o caráter elitista que caracterizou essas classes durante muitos séculos. Entre os latinos, a “cultura animi” equivalia em grande parte à noção grega de “paideia”, isto

¹ Apud A. L. Kroeber / C. Kluckhohn, *Culture – A Critical Review of Concepts and Definitions*, New York, Vintage Books, s. d., p. 81.

é, o programa ou projeto de formação do cidadão dentro da cidade-estado. Cultura antropológica e cultura humanística são os dois significados mais freqüentes²; outros pederiam ser mencionados.

Interessa prestar atenção ao progresso do estudo científico da cultura. A moderna antropologia ou antropologia cultural, que se intensifica depois da obra de E. Tylor como ciência distinta da etnologia, promove uma verdadeira revolução na compreensão do homem a partir do fenômeno da cultura. Sem nos fixarmos nas diferenças entre as diversas tendências ou correntes que foram surgindo no âmbito desta ciência, convém salientar um dos principais resultados alcançados: culturalmente, não há povos superiores e povos inferiores ou “primitivos”, apesar da diversidade de manifestações históricas e geográficas. Esta conclusão é tanto mais importante quanto representa, por um lado, a rejeição teórica do etnocentrismo ocidental ou europeu que regulou durante séculos as relações entre os diferentes povos e culturas e foi aplicada com particular eficácia na seqüência das Descobertas de finais do séc. XV. Por outro lado, significa que o princípio de interpretação e de avaliação das culturas deve ser procurado dentro de cada uma das culturas particulares, e não em esquema previamente estabelecido ou definido como superior, mesmo que um certo relativismo cultural daí resultante seja inevitável. Assim, a cultura vai-se evidenciando mais como um modo de ser ou auto-realização no seu meio, do que como princípio

² Cf. B. Bernardi, *Antropologia*, Lisboa, Teorema, 1989, p. 7.

teoricamente elaborado que permita estabelecer um padrão ou modelo exclusivo e superior de referência.

O ser humano é agente criador e produto da cultura, e é na diversidade das culturas e das criações culturais, observadas, analisadas e interpretadas, que a ciência antropológica continuamente retoma e reelabora o estudo do homem, naquilo que lhe é mais específico. O estudo científico do homem através da cultura desenvolve-se fundamentalmente entre dois polos ou duas atitudes: a observação empírica dos fatos culturais, na sua infundável multiplicidade, e a interpretação do significado desses mesmos fatos para a compreensão do homem. A preponderância do fator da observação e descrição levou à formação de sistemas interpretativos que diferenciaram as diversas correntes da antropologia contemporânea, com os padrões de comportamento, os esquemas do conhecimento e os modelos estruturais. Com a prioridade atribuída à interpretação, nenhum conjunto de fatos goza de particular relevância; o significado de cada ação ou conjunto de ações só é alcançado quando referido e confrontado com o todo em que está inserido, devendo descobrir-se o elo de ligação que se estabelece na rede de significação entre cada ação isolada e o todo do agir de cada indivíduo, de cada grupo e de cada cultura particular.

Esta tendência interpretativa da antropologia concebe a cultura como um sistema simbólico, ou conjunto de sistemas simbólicos, que reclama contínua inserção das manifestações particulares da vida real nas dimensões simbólicas da ação social que sempre exigem compreensão interpretativa. O mais universal e mais válido

traço distintivo do fenômeno cultural está na dimensão simbólica que deriva da capacidade de simbolizar específica do ser humano, e cuja marca determina a essência própria da cultura.

A dimensão simbólica na noção de cultura tem ampla representação na antropologia contemporânea, bastando referir os estudos desenvolvidos por Claude Lévi-Strauss e por outros autores franceses a partir dele, e os trabalhos de Clifford Geertz dentro da rica e variada tradição antropológica norte-americana. Também na sociologia a interpretação simbólica mobilizou autores bem conhecidos, como Pierre Bourdieu, Gilbert Durand e outros. Em volta desta tendência gravitam numerosos estudos recentes sobre o símbolo e o mito em geral, e sobre determinados símbolos e mitos em particular.

O fenômeno da cultura vem-se destacando como uma das principais fontes ou pontos de apoio para uma compreensão do homem que melhor corresponde aos questionamentos e às aspirações do pensamento contemporâneo. Como manifestação do humano na sua globalidade, a atividade cultural poderá mesmo ser interpretada, ou pelo menos questionada, como lugar privilegiado de desvelamento da essência do homem, uma vez que, segundo C. Geertz, “a cultura fornece o vínculo entre o que os homens são intrinsecamente capazes de se tornar e o que eles realmente se tornam, um por um”³. Na cultura se encontram associados o patente e o oculto do símbolo, com a garantia do realizado e verificado empiricamente, e que é simultaneamente manifestação

dum dinamismo e duma capacidade criadora e renovadora capaz de manter vivo e atuante o sonho do futuro e a utopia dum mundo melhor. E o dinamismo da cultura radica no homem, a essência da cultura interpela e aponta para o ser do homem.

O culturalismo daí decorrente recebe subsídios de correção dentro da própria ciência da antropologia; a existência de outras tendências ou correntes representa só por si esse complemento. Mas ao apresentar-se como tentativa válida de interpretação do ser do homem, o seu alcance não podia deixar de interessar e até “pertubar” a reflexão filosófica no âmbito duma antropologia filosófica.

2. A filosofia e a cultura

O tema da cultura é relativamente recente no campo da reflexão filosófica. É com o progresso da consciência histórica no período do iluminismo que o sentido e importância da cultura se vão alargando progressivamente. Podemos acompanhar esse desenvolvimento em autores como Voltaire, Pufendorf e Herder. As referências à cultura nas obras de Kant e de Hegel são já particularmente significativas do espaço conquistado e do reconhecimento no campo da meditação filosófica.

Na Crítica da faculdade de julgar, obra da maturidade filosófica de Kant, a cultura é apresentada como a capacidade de um ser racional escolher os próprios fins em geral, de exercer a sua liberdade em relação à

³ C. Geertz, *A Interpretação das Culturas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p. 64.

natureza⁴. Mais tarde, num opúsculo em que disserta sobre as condições que poderão assegurar a paz perpétua entre os homens, é clara a insistência no contributo do aumento de cultura, como quando afirma que “o princípio moral no homem nunca se extingue; a razão ativa para a execução, pragmaticamente, da idéia jurídica segundo aquele princípio cresce ainda continuamente por uma cultura sempre em progresso (...)”⁵. Não é ainda a ciência da cultura que está aqui pressuposta, mas certamente se anuncia uma dimensão de significado bem mais ampla que a cultura humanística, fruto desse “século das luzes” que representava para o filósofo a passagem da menoridade para a maioridade intelectual e espiritual do homem.

Para Hegel, a cultura desempenha um papel fundamental na manifestação objetiva do espírito, a merecer talvez maior atenção no estudo da Fenomenologia do Espírito. A cultura é começo e passagem, começo de consciência-de-si e passagem de atualização e necessidade, como lembra no prefácio dessa obra. Como começo, a cultura representa o grau de universalidade e de “amor ao saber” que possibilita a passagem para o “saber efetivo” da ciência do conceito, a caminho do sentimento e intuição do absoluto: “A ciência apresenta esse movimento de formação cultural em sua atualização e necessidade, como também apresenta em sua configuração o que já desceu ao nível de momento e propriedade do espírito. A meta final

desse movimento é a intuição espiritual do que é o saber”⁶. Poderemos dizer que na cultura se reflete, para Hegel, a ciência do seu tempo como apreensão do real, e que, a partir da alienação do espírito que nela se efetiva, é necessário atingir uma consciência mais alta no percurso das sucessivas superações que levam ao Espírito Absoluto⁷. Não interessa deixar-nos absorver aqui pela complexidade do sistema filosófico desenvolvido por Hegel nesta sua obra, considerada como a mais genial das suas obras e talvez até de toda a história da filosofia. Basta sublinhar o lugar central da cultura nas sucessivas e progressivas objetivações do Espírito. A cultura se impõe como lugar privilegiado do entrecruzamento da objetividade e da subjetividade do espírito. Uma reflexão crítica mais apurada e mais liberta das malhas apertadas do sistema hegeliano será realizada em várias outras direções, a começar pelo romantismo. Certamente que o tratamento científico e filosófico da cultura ao longo do séc. XIX ficou muito a dever à influência da obra de Hegel.

Marco importante a assinalar, na segunda metade do século passado, é a controvérsia liderada por Dilthey na defesa das ciências do espírito ou ciências da cultura contra as ciências da natureza. Opondo-se a uma mentalidade positivista e cientificista que tendia a “coisificar” o humano do objeto específico das ciências do espírito, Dilthey introduziu a clássica distinção entre a “compreensão” e a “explicação”. Nas ciências do espírito,

⁴ E. Kant, *Critique de la Faculté de Juger*, Paris, J. Vrin, 1989, cf. § 83, p. 240-243.

⁵ E. Kant, *À Paz Perpétua*, porto Alegre, L & PM Editores, 1989, p. 72; cf. p. 55 e 66.

⁶ G. W. F. Hegel, *Fenomenologia do Espírito*, I, Petrópolis, Vozes, 1992, xx 29, p. 36.

⁷ *Ibidem*, II, cf. § 484-595, p. 35-100.

a compreensão está envolvida com as categorias de valor, significado e fim, como manifestações próprias do psíquico, enquanto a explicação das ciências da natureza se reduz a enunciados exatos, sempre com referência a fatos empíricos e com a finalidade de elaborar leis que não contemplam toda a riqueza e especificidade do ser humano. Esta defesa das ciências do espírito, associada em Dilthey ao esclarecimento e fundamentação da questão da hermenêutica, contribuiu para o rápido desenvolvimento das ciências da cultura, particularmente fecundo na área da história, da antropologia, da sociologia e da psicanálise.

A filosofia está cada vez mais presente em toda esta investigação do fenômeno da cultura, de modo indireto ou implícito e também de uma forma mais explícita. Indiretamente, a interpretação da cultura, na sua globalidade, que faz parte dos projetos dos grandes historiadores e filósofos da história do século passado e do atual, é bem expressiva da atitude crítica que denota o espírito filosófico subjacente à investigação científica propriamente dita. Podem ser lembrados nomes como L. von Ranke, Mommsen, J. Burckhardt, O. Spengler, A. Toynbee, J. Huizinga, entre outros. Também as filosofias da vida e da existência mantêm uma ligação muito direta ao mundo da cultura, como reflexo imediato da angústia e inquietação que polarizaram a reflexão de muitos pensadores preocupados com os rumos do desenvolvimento da civilização atual.

As filosofias da cultura que foram sendo propostas a partir de finais do século passado, em autores

alemães como L. Stein e R. Eucken⁸, obedeciam a uma necessidade de síntese e de sistematização da enorme quantidade de novas informações sobre o fenômeno da cultura provindas das ciências sociais e humanas. Transformada, em grande parte, em “moda” intelectual, nas primeiras décadas do nosso século, particularmente no espaço cultural alemão com suas publicações periódicas⁹, essa filosofia da cultura não grangeou uma aceitação e integração permanente no elenco das disciplinas habituais da filosofia contemporânea. No entanto, o tema da cultura não saiu mais do horizonte de interrogação dos filósofos.

Na década de 20, surge a obra clássica de Ernst Cassirer, Filosofia das formas simbólicas¹⁰, e da qual o próprio autor apresenta uma síntese atualizada, em 1944, na obra Ensaio sobre o homem com o subtítulo de “introdução a uma filosofia da cultura humana”¹¹. O idealismo crítico de inspiração kantiana orienta-o para as condições de possibilidade da ação humana, identificadas com determinadas “formas” que possuem uma unidade interior que integra o universo físico no mundo humano; esta integração é obra da força ou capacidade simbólica que constitui a verdadeira e mais original essência da cultura.

⁸ Cf. W. Perpeet, “Kulturphilosophie”, *Archiv für Begriffsgeschichte*, Band XX, Bonn, 1976, p. 42-99.

⁹ A revista “Logos - Internationale Zeitschrift für Philosophie der Kultur”, 1910 a 1933, e “Zeitschrift für deutsche Kulturphilosophie” de 1933 a 1944.

¹⁰ E. Cassirer, *Philosophie der Symbolischen Formen*, I-III, 4, Auf., Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1964.

¹¹ E. Cassirer, *Antropologia Filosófica*. Ensaio sobre o Homem – Introdução a uma filosofia da Cultura Humana, São Paulo, Mestre Jou, 1977.

A atenção reflexiva voltada para o símbolo e suas diversas manifestações como o mito, tendo como objetivo expresso uma interpretação e compreensão mais atualizada do homem no contexto global do mundo da cultura, abriu novos horizontes para a investigação sobre a própria cultura, particularmente no campo da filosofia. A extraordinária fecundidade na produção científica sobre a cultura, nas décadas de 40 a 60, com destaque para as áreas da antropologia e da sociologia, não terá sido isenta da influência de E. Cassirer. Não é possível acompanhar aqui essas ramificações e aprofundamento científico na análise do fenômeno da cultura. Vou circunscrever-me à referência de uma linha de interpretação que me parece corresponder melhor ao possível desenvolvimento de uma filosofia da cultura.

3. Para uma filosofia da cultura

A expressão filosofia da cultura precisa ser entendida com um horizonte amplo onde é possível desenvolver múltiplas “filosofias das culturas”, uma vez que a efetivação da cultura tem sempre como palco o contexto de uma cultura concreta, de um grupo ou nação. A unidade da cultura do ser humano terá de ser (re)encontrada através da reflexão compreensiva da diferença na diversidade. Unidade e universalidade da cultura só poderão ser atingidas no fim do trabalho infundável ou inesgotável da interpretação de cada uma das culturas, na sua diferença e especificidade próprias. Não se trata de uma visão cética ou perspectiva utópica. Parece

ser esse um dos caminhos de renovação e de revitalização da atividade da reflexão filosófica, pelo menos daquela filosofia que aceita e enfrenta o desafio da reiterada interrogação sobre o homem no pensamento contemporâneo, e vê no fenômeno da cultura um campo privilegiado para o exercício dessa reflexão. E aceita como condição indispensável a previsão dum longo percurso a percorrer, protegendo-se contra a sedução das grandes sínteses ou grandes sistemas que dão ou parecem dar a solução interpretativa de todo o tipo de variações culturais.

Na impossibilidade de um amplo desenvolvimento teórico de justificação e explicitação desta concepção de uma filosofia da cultura, vou limitar-me a sugerir os elementos que julgo mais importantes, elementos esses que estão também sujeitos a contínua reavaliação quanto à sua expressão e à sua aplicação. Fundamental mesmo, é o horizonte ontológico onde cada elemento e cada etapa da reflexão encontram o significado mais adequado.

Aceitar a cultura como objeto da reflexão filosófica, e o fenômeno da cultura como permanente ponto de referência dessa mesma reflexão, equivale a dizer que não partimos do zero nem buscamos qualquer transcendental ou “a priori” da própria cultura. Aceitamos, de início, o considerável acervo de informações e de resultados da investigação sobre o fenômeno da cultura no domínio da antropologia cultural e da sociologia. A acentuada tendência interpretativa na linha do simbólico, como referi acima, é decisiva para a elaboração de uma filosofia da cultura como a que proponho.

Sob o ponto de vista teórico, a obra de Paul Ricoeur parece-me a ser a que oferece um conjunto de reflexões e de orientações metodológicas das mais sugestivas e mais promissoras, quando utilizadas na perspectiva da filosofia da cultura. Claro que esta aplicação das sugestões colhidas na obra do filósofo francês não pretende ser uma interpretação global do pensamento do autor, mas sem corresponder, no entanto, a um desvirtuamento ou distorção do mesmo. É mais uma questão de fixação de objetivos um tanto diferenciados, e bem mais modestos que o alcance e vastidão do empreendimento filosófico desse grande pensador contemporâneo.

Dois pontos centrais em toda a obra de Paul Ricoeur, que o têm orientado no esclarecimento do problema ontológico do sujeito, parecem-me ter uma aplicação também muito fecunda no fenômeno da cultura: a importância filosófica do símbolo e suas derivações pela metáfora, e a filosofia entendida essencialmente como hermenêutica.

O símbolo continua a provocar a reflexão do filósofo, como aquilo que “dá que pensar”, com referência à conclusão de uma das primeiras grandes obras de Paul Ricoeur¹². Mesmo se recebeu posteriores definições e correções, acentuando o duplo sentido semântico ou resgatando a parte não-semântica do símbolo, a presença da força e riqueza reveladora expressiva do símbolo, com um alcance ontológico que parece inesgotável, mantém-se

¹² P. Ricoeur, *La Symbolique du Mal*, Paris, Aubier-Montaigne, 1960, p. 323-332.

como recorrência inspiradora até às obras mais recentes. E, desde cedo, a necessidade de referir continuamente a reflexão filosófica à atividade humana que era de natureza simbólica e exigia interpretação, obrigou Paul Ricoeur a confrontar-se com a hermenêutica e a adotá-la definitivamente como orientação. A hermenêutica ricoeuriana tem a qualidade de acentuar o horizonte ontológico da reflexão e, ao mesmo tempo, contribuiu para uma adaptação progressiva dos aspectos metodológicos.

A dimensão simbólica presente em toda a atividade humana, ainda que em diferentes graus de densidade, oferece à reflexão filosófica aquela universalidade do modo de agir específico do homem que permite pressentir ou como que intuir um modo de ser que exige, por seu lado, um complemento reflexivo. Gera-se como que um jogo dialético feito de intuição e de reflexão, precisamente porque a interpretação jamais esgota a potencialidade de significação presente no símbolo.

Esta autorevelação do homem realiza-se na e pela cultura, sejam quais forem os meios de expressão e os graus de desenvolvimento das suas manifestações. A infinda multiplicidade e variedade que caracteriza o mundo das culturas poderá ter um significado ontológico em si mesma, mas não corresponde a qualquer hierarquia de excelência no desvelamento desse modo de ser. O valor do fenômeno da cultura, para a reflexão filosófica, situa-se mais do lado do agente produtor que assim se manifesta nas suas capacidades criativas, do que do lado da utilidade dos produtos criados.